
2021

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PATRONATO NOSSA
SENHORA DAS DORES

R.M.
A

INDICE

- I. **Balanço**
- II. **Demonstração de Resultados por Naturezas**
- III. **Demonstração de Fluxos de Caixa**
- IV. **Anexo**

BALANÇO

7 [MODELO APLICÁVEL ÀS ESNL]

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.2021	31.12.2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4.1.4	856.385,30	867.791,62
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		931,15	811,93
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores /			
Associados/ Membros			
		857.316,45	868.603,55
Ativo corrente			
Inventários	7.3	907,97	941,12
Créditos a receber	15.3		10.240,10
Estado e outros entes públicos	15.7		
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores /			
Associados/ Membros			
Diferimentos	15.4	1.784,49	1.784,49
Outros ativos correntes	15.3		
Caixa e depósitos bancários	15.5	317.202,76	254.663,14
		319.895,22	267.628,85
Total do ATIVO		1.177.211,67	1.136.232,40
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS Fundos	11.3	148.139,31	148.139,31
Excedentes técnicos			

Rib
H

Reservas			
Resultados transitados	11.3	670.345,69	672.867,06
Excedentes de revalorização		106.704,23	109.049,38
Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	10.1		
Resultado líquido do período		-1.519,56	6.449,51
Total do FUNDO DE CAPITAL	16.5	923.669,67	936.505,26
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	11.6	151.300,00	151.300,00
Outras dívidas a pagar			
		151.300,00	151.300,00
Passivo corrente			
Fornecedores	15.6	47.021,87	12.253,67
Estado e outros entes públicos	15.7	17.373,21	16.626,59
Fundadores/ Beneméritos/ Patrocinadores/ Doadores /			
Financiamentos obtidos	11.6		
Diferimentos			
Outros passivos correntes	15.8	37.846,92	19.546,88
		102.242,00	48.427,14
Total do PASSIVO		253.542,00	199.727,14
Total dos FUNDOS PATRIMONIAIS e do PASSIVO		1.177.211,67	1.136.232,40

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS do período findo em 31.12.2021 [MODELO APLICÁVEL ÀS ESNL] AVEL ÀS ESNL]

(Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	Períodos	
			2021	2020
Vendas e serviços prestados	++	8.1	154.605,21	146.401,56
Subsídios, doações e legados à exploração	+/-	15.9	326.492,34	317.198,02
Variação nos inventários da produção	+			
Trabalhos para a própria entidade	-			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7.3	-28.646,51	-42.028,28
Fornecimentos e serviços externos	-/+	15.11	-41.672,60	-64.377,26
Gastos com o pessoal	-/+	15.1	-395.798,56	-337.047,93
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-/+			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+			
Provisões (aumentos/reduções)	-/+			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	+/-			
Outras imparidades (aumentos/reduções)	+			
Aumentos/reduções de justo valor	-			
Outros rendimentos		15.13	3.032,36	1.397,53
Outros gastos		15.12	-7.756,73	-1.104,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		10.255,51	20.439,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4.1.4	-11.406,32	-13.978,38
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		-1.150,81	6.461,04
Juros e rendimentos similares obtidos	+			
Juros e gastos similares suportados	-	15.14	-368,75	-11,53
Resultado antes de impostos	=		-1.519,56	6.449,51
Imposto sobre rendimento do período	-/+			
Resultado líquido do período	=		-1.519,56	6.449,51

06 de Março de 2022

O Contabilista,

A Direcção,

RM
JP

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

do período findo em 31.12.2021 [MODELO APLICÁVEL ÀS ESNL] [MODELO APLICÁVEL ÀS ESNL]

(Euros)

	NOTAS	Períodos	
		2021	2020
Fluxo das Atividades Operacionais - método direto	+		
Recebimentos de clientes e utentes pagamentos de subsídios	+	444.373,23	289.014,03
Pagamentos a fornecedores			
Pagamentos ao pessoal	-	-279.513,27	-261.792,95
Caixa gerada pelas operações	+/-	164.859,96	27.221,08
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-/+		
Outro recebimentos/pagamentos	+/-	-101.768,22	-31.614,07
Fluxo das Atividades Operacionais (1)		63.091,74	-4.392,99
Fluxo das Atividades de Investimento	-		
Pagamentos respeitantes a :	-		
Ativos fixos tangíveis	-		4.054,57
Ativos intangíveis	-		
Investimentos financeiros	+	119,22	147,00
Outros ativos	+		
Recebimentos provenientes de :	+		
Ativos fixos tangíveis	+++		
Ativos intangíveis	+		
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxo das Atividades de Investimento (2)		119,22	4.201,57

R1
#

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2021

Fluxo das Actividades de Financiamento	+			
Recebimentos provenientes de :	+			
Financiamentos Obtidos	+			150.000,00
Realização de fundos	+			
Cobertura de prejuízos	+			
Doações	-			
Outras operações de financiamento Pagamentos respeitantes a :	-			
Financiamentos Obtidos	-			
Juros e gastos similares	-		368,75	59,84
Dividendos				
Redução de fundos				
Outras operações de financiamento				
Fluxo das Actividades de Financiamento (3)			-368,75	149.940,16
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	+/-		62.842,21	149.748,74
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		15	254.360,55	104.914,40
Caixa e seus equivalentes no fim do período		15	317.202,76	254.360,55

06 de Março de 2022

O Contabilista,

A Direcção,

RM
JP**ANEXO**

do período findo em 31.12.2021 [ESNL]

1 — Identificação da entidade:

O Patronato Nossa Senhora das Dores NIPC 500884790 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 187, II Série de 13/08/1949, com sede na Rua Dr. Correia de Miranda, n.º 27, em Travassô – Águeda. A instituição desenvolve atividades de apoio social para pessoas idosas, nomeadamente através do serviço de Apoio Domiciliário, bem como atividades de apoio social para crianças e jovens, através das respostas sociais Creche, Jardim de Infância e ATL.

2 – Referencial Contabilístico de Elaboração das Demonstrações Financeiras.

2.1 - A preparação das demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

2.2 - A adopção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adopção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura foram alteradas de modo a haver comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

2.3 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não aplicável.

2.4 - Indicação e comentário das contas do Balanço e da Demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior bem como das quintas relativas ao período anterior tenham sido ajustadas.

Todas as rúbricas das Demonstrações Financeiras são comparáveis com as do exercício anterior.

RM
H

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

Bases de Apresentação

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e dos seguintes princípios contabilísticos,

- Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins,

- Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e os montantes pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas das rubricas “créditos a receber” e “Diferimentos”.

- Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

- Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

- **Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

1. A natureza da reclassificação;
2. A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
e
3. Razão para a reclassificação

- **Outras políticas contabilísticas**

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa estimados sempre que possa ser medido de forma viável.

- **Principais pressupostos relativos ao futuro**

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspectiva de continuidade não tendo a entidade a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

- **Principais fontes de incertezas das estimativas**

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas demonstrações financeiras apresentadas, embora tenhamos que ter em atenção que a pandemia COVID-19 poderá vir a ter efeitos negativos.

- **Alterações nas políticas contabilísticas:** indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não aplicável.

- **Alterações nas estimativas contabilísticas:** Indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Não aplicável.

- **Correcção de erros de períodos anteriores:** Indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período, os erros não são materialmente relevantes e a sua correcção efetuada utilizando a conta de resultados transitados.

A: Ativos Fixos Tangíveis

Divulgação para cada classe de ativos fixos tangíveis

Rt
A

Os critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta.

Um item do ativo fixo tangível que seja classificado para reconhecimento como um ativo é inicialmente mensurado pelo seu custo de aquisição ou de produção e subsequentemente pelo seu custo deduzido de qualquer depreciação acumulada. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de reestruturação dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção e reparação dos ativos são registados como gasto do período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

Os métodos de depreciação usados

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis ou taxas de depreciação usadas

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento Básico	7 a 8
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	3 a 6
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 a 4

B: Ativos Intangíveis

Divulgação para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam actividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

RM
H

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida Útil Estimada (anos)
Programas de Computador	3

C: Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retractar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

D: Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

RM
H

▫ subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

E: Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um ex-fluxo que seja razoavelmente estimado.

As provisões são revistas à data de cada balanço e ajustadas para reflectir a melhor estimativa a essa data.

F: Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do activo.

G : Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) “As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 – Ativos fixos tangíveis:**4.1 – Bens do domínio público**

- A entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

4.2 – Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não usufrui de “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público.

4.3 – Outros Ativos Fixos Tangíveis;

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, evidenciando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações:

RH
A

Ano de 2021	Saldo inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Revalorizações	Saldo final
Edifícios e outras construções	1.088.699,18				1.088.699,18
Equipamento básico	86.610,34				86.610,34
Equipamento de transporte	151.711,65				151.711,65
Equipamento administrativo	50.519,61				50.519,61
Outros Ativos fixos tangíveis	34.132,94				34.132,94
Total	1.408.377,32				1.411.673,72
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	323.589,43	11.406,32			334.995,75
Equipamento básico	78.381,69				78.381,69
Equipamento de transporte	149.294,57				149.294,57
Equipamento administrativo	50.519,61				50.519,61
Outros Ativos fixos tangíveis	30.251,80				30.251,80
Total	618.144,84	11.406,32			632.123,22
Ativo Líquido	867.791,62				856.385,30

5 – Ativos intangíveis:

Não aplicável.

6 – Custos de empréstimos obtidos:

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

7 – Inventários:

RTP

Os inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e preceder à sua venda. As saídas em armazém são valorizadas ao custo médio ponderado.

Quantia reconhecida como gastos "Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2020, detalhando-se como se segue:

	Saldo em 31-12-2021	Saldo em 31-12-2020
Inventários iniciais	941,12	1.361,63
Compras	28.679,66	41.607,77
Inventários finais	907,97	941,12
Gastos do Período	28.646,51	42.028,28

8 – Rendimentos e ganhos:

8.1 — Rédito:

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, relativamente aos serviços prestados aos utentes da instituição, bem como os subsídios mensais recebidos dos acordos com a Segurança Social.

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

	Ano de 2020	Ano de 2020
Vendas	36,75	322,05
Prestação de Serviços	154.568,46	146.079,51
Subsídios, Doações Leg. Exploração	324.147,19	317.198,02
Comparticipação CRSS Aveiro	319.449,44	301.997,27
Município de Águeda	4.227,75	10.043,70
IEFP/Doações	470,00	4.103,80

RMP

Outras Entidades		1.053,25
Outros Rendimentos	3.032,36	1.397,53
Rendimentos Suplementares	2.966,01	1.346,91
Descontos de pronto pagamento obtidos	66,35	50,62
	-	-
Total	481.784,76	464.997,11

Na rubrica de Vendas encontram-se registados os valores correspondentes aos bens obtidos no banco alimentar.

Em Prestações de serviço encontra-se registado as quotas dos utilizadores.

9 — Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:

Não aplicável.

10 — Subsídios e outros apoios das entidades públicas e outras entidades

RM
H

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidas nos fundos patrimoniais:

	Ano de 2021		Quantia Escriturada
	Valor Total do Subsídio	Reduções	
Subsídios relacionados com ativos			
Subsídios PIDAC 2006	69.785,83	1.533,76	68.252,07
Subsídios Obras CMA	22.750,00	500,00	22.250,00
Subsídios Particulares	14.168,40	311,39	13.857,01
Total	109.049,38	2.345,15	106.704,23

11— Instrumentos Financeiros:

Para os períodos findo em 2021 figura no Balanço no ativo não corrente em Investimentos Financeiros, o montante de 931,15 euros. Estes valores referem-se às contribuições para o fundo de compensação de trabalho.

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Fundo de Compensação do Trabalho	931,15	811,93
Total	931,15	811,93

12— Benefícios dos empregados:

12.1 O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de 28.

Os órgãos diretivos são constituídos pela Direção 5 elementos e o Conselho Fiscal por 3 elementos

12.2 Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

	Ano de 2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	

RM
H

Remunerações ao Pessoal	314.705,40	
Benefícios Pós-Emprego	-	
Indemnizações	-	
Encargos sobre as Remunerações	78.953,56	
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	1.841,37	
Gastos de Acção Social	-	
Outros Gastos com o Pessoal	298,23	
Total	395.798,56	

13 — Acontecimentos após a data do balanço:

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2021, embora tenhamos que estar atentos à imprevisibilidade originada pela pandemia COVID-19.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

14 — Agricultura:

15 — Divulgações exigidas por outros diplomas gerais:

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

RM
H

16 — Outras divulgações:

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

16.1 — Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não aplicável

16.2 — Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Ativo Corrente		
Clientes e Utentes c/c		10.240,10
Clientes e Utentes títulos a receber		
Outros acréscimos de rendimentos		
Total	0	10.240,10

16.3 — Outros Ativos Correntes

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Outros Ativos Correntes” tinha a seguinte decomposição

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Adiantamentos ao pessoal		
Devedores por acréscimos de rendimentos		2
Outros Devedores		
Total		

RM
JP

16.4 — Diferimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica “Diferimentos” tinha a seguinte decomposição

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Gastos a Reconhecer		
Seguros	1.784,49	1.784,49
Outros		
Total	1.784,49	1.784,49
Rendimentos a Reconhecer		
	-	
Total		

16.5 — Fundos Patrimoniais

	31-12-2020	Aumentos	Diminuições	31-12-2021
Fundos	148.139,31			148.139,31
Excedentes técnicos				-
Reservas				-
Resultados transitados	672.867,06	6.449,51	(8.970,88)	670.345,69
Subsídios ao Investimento	109.049,38		(2.345,15)	106.704,23
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Resultado Líquido do Período	6.449,51		(7.969,07)	(1.519,56)
Total	936.505,26			923.669,67

A
s
va
ria
çõ
es
e
m
“F
un
do
s
Pa
tri
m
on
iai
s”
fo

ram as seguintes:

RM
H

16.6 — Fornecedores

O saldo da rubrica de

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Passivo		
Fornecedores	47.021,87	12.253,67
		7
Total	47.021,87	12.253,67

"Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

16.7 — Estado e Outros Entes Públicos

O saldo da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Ativo		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Total	-	-
Passivo		
Imposto Sobre o Rendimento (IRC)		

RM
#

Retenção de impostos sobre o Rendimento	2.223,50	2.006,63
Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
Segurança Social	15.149,71	14.619,96
Caixa Geral de Aposentações		
ADSE		
Total	17.373,21	16.626,59

16.8 — Outros Passivos Corrente

A rubrica “Outros Passivos Correntes” desdobra-se da seguinte forma:

	Ano de 2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Pessoal						
Remunerações a pagar	37.846,92			19.546,88		
Outras operações						
Fornecedores de Inv.						
Credores por acr. de gastos						
Adiantamentos por conta Vendas						
Outros Credores	1.300,00					
Total	39.146,92			19.546,88		

16.9 — Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Sucontratos	5.553,00	5.706,50

RM
H

Serviços Especializados	5.316,23	12.208,27
Vigilância e Segurança		
Honorários		
Conservação e Reparação	3.456,96	10.232,95
Serviços Bancários	218,70	455,32
Outros Serviços		
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	1.125,14	5.064,61
Material de Escritório	1.282,57	2.016,03
Artigos para Oferta		
Outros Materiais	1.690,85	746,70
Eletricidade	5.512,63	6.942,00
Combustíveis	8.754,69	10.925,70
Água	2.893,24	3.610,44
Gás	5.552,08	14,84
Deslocações e Estadas	111,70	297,87
Comunicação	1.760,44	1.778,12
Seguros	4.152,80	7.637,64
Contencioso e Notariado	25,00	
Limpeza, Higiene e Conforto	3.401,91	6.098,32
Outros Serviços	92,40	1.303,06
Total	41.672,60	64.377,26

16.10 — Outros Gastos e Perdas

A rubrica “Outros Gastos e Perdas” decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020

RM
H

Impostos	127,00	831,29
Dívidas incobráveis		
Outros Gastos e Perdas	7.633,62	224,62
Gastos com apoios financeiros concedidos		
Total	7.760,62	1.055,91

16.11 — Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica “Outros Rendimentos e Ganhos” decompõem-se da seguinte forma:

	2021	2020
Rendimentos Suplementares	2.966,01	1.346,91
Descontos de P.P. Obtidos	66,35	50,62
Imputação Subsídios ao Investimento		
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		
Outros rendimentos e ganhos		
Total	3.032,36	1.397,53

16.12 — Resultados Financeiros

Descrição	Ano de 2021	Ano de 2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	368,75	59,84
Outros gastos e perdas de financiamento		-
Total	368,75	59,84
Juros e gastos similares obtidos		
Juros obtidos	-	

RM
#

OS	Outros rendimentos similares	-	
	Total	-	
	Resultados Financeiros	(368,75)	(59.84)

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

6

16.13 — Composição da direcção:

a) O número de membros directivos:

	Ano de 2021	Ano de 2020
Número Membros Directivos	5	5

b) A Direção atual é composta pelos seguintes elementos:

Direção

Presidente: Zélia Maria Rosa Esteves

Secretário: Ricardo Melo de Melo

Tesoureiro: José Abílio Oliveira Moraes

Vogal: Maria Arminda Teixeira Faustino

Vogal: José Manuel de Almeida Correia

Conselho Fiscal

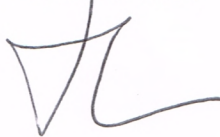
Presidente: Tereza Santos Vieira

Secretário: Celestino de Matos Laranjeira

Vogal: Maria Emília Henriques Gomes Lopes

Travassô, 06 de Março de 2022

O Contabilista,



A Direcção,

Ricardo Melo
José Abílio de Oliveira Moraes